

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026



SME

SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR-BAHIA

COORDENADOR
PEDAGÓGICO I - 40H

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Atualidades
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

Conteúdo Digital

- ▶ Legislação Específica

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

COORDENADOR PEDAGÓGICO I — 40H

EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026

CÓD: OP-107JL-26
7908403598618

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: Gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo)	11
2. Interpretação e organização interna	12
3. Morfologia: Reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	12
4. Processos de formação de palavras	20
5. Semântica: Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português; Mecanismos de flexão dos nomes e verbos	21
6. Sintaxe: Frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	23
7. Concordância nominal e verbal	28
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	29
9. Padrões gerais de colocação pronominal no português	30
10. Mecanismos de coesão textual.....	32
11. Ortografia.....	33
12. Acentuação gráfica.....	33
13. Emprego do sinal indicativo de crase.....	35
14. Pontuação	36
15. Estilística: Figuras de linguagem	37
16. Reescritura de frases: Substituição, deslocamento, paralelismo	38
17. Variação linguística	43
18. Norma culta	45

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas. Proposições simples e compostas. Conectivos lógicos. Equivalências e negações de proposições.....	51
2. Lógica de argumentação	56
3. Diagramas lógicos	60
4. Operações com conjuntos	61
5. Sequências lógicas e reconhecimento de padrões	63
6. Raciocínio lógico-verbal, numérico e analítico. Problemas envolvendo relações entre pessoas, objetos, lugares e eventos fictícios, com dedução de novas informações a partir das condições apresentadas	65
7. Orientação espacial e temporal	70
8. Princípios básicos de contagem	73
9. Raciocínio matemático aplicado à resolução de situações-problema envolvendo porcentagem, razão, proporção e problemas aritméticos e geométricos	76
10. Compreensão, análise e interpretação de situações que exijam a identificação de relações lógicas, a organização de informações e a formulação de conclusões válidas aplicadas ao cotidiano escolar	78

ÍNDICE

Atualidades

1. O Brasil, a Bahia, Salvador e o mundo: transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas e seus impactos na vida cotidiana e na educação. Democracia, cidadania, direitos humanos, participação social e direitos das crianças e adolescentes. Diversidade cultural, relações étnicoraciais, combate ao racismo, preconceito, discriminação e demais formas de violência. Educação para a equidade, inclusão social e cultura de paz	85
2. Desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e educação ambiental: Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	90
3. Cultura digital e sociedade da informação: tecnologias digitais, inteligência artificial, ética no uso das tecnologias e impactos das transformações digitais na educação e nas relações sociais.....	93
4. Cultura brasileira, baiana e soteropolitana: manifestações culturais, patrimônio histórico e cultural, artes, música, literatura, cinema, teatro e tradições populares. Panorama político, econômico, social, educacional, cultural e ambiental do Estado da Bahia e do Município de Salvador. Questões urbanas, ambientais, educacionais e sociais relacionadas ao contexto local e regional.....	96

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções contemporâneas de infância, criança e educação. Pedagogia da infância. Educação integral e desenvolvimento humano. Relação escola-família-comunidade	105
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Campos de experiências na Educação Infantil. Interações e brincadeira como eixos estruturantes. Ludicidade e culturas infantis. Organização dos tempos, espaços e materiais pedagógicos.....	108
3. Desenvolvimento infantil: aspectos motores, cognitivos, linguísticos, afetivos, sociais e socioemocionais. Processos de aprendizagem e desenvolvimento na infância.....	112
4. Alfabetização e letramento na perspectiva sociointeracionista. Consciência fonológica. Psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro e Ana Teberosky). Oralidade, leitura, escrita e produção textual. Gêneros textuais. Práticas sociais de leitura e escrita. Formação de leitores. Literatura infantil. Multiletramentos, letramento digital e cultura digital.....	115
5. Educação matemática nos Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento lógico-matemático. Numeracia. Resolução de problemas e situações-problema. Educação estatística. Pensamento computacional nos Anos Iniciais e fundamentos da BNCC da Computação	119
6. Currículo, didática e avaliação: planejamento e organização do trabalho pedagógico. Currículo e interdisciplinaridade. Aprendizagem significativa. Metodologias ativas. Práticas investigativas. Projeto Político-Pedagógico. Avaliação diagnóstica, formativa e processual. Recomposição das aprendizagens e estratégias de intervenção pedagógica. Gestão da sala de aula, convivência escolar e mediação pedagógica.....	122
7. Inclusão e diversidade: educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Transtornos do neurodesenvolvimento e estratégias pedagógicas de acompanhamento das aprendizagens	126
8. Tecnologias e cultura digital: tecnologias digitais na educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Cultura digital, inovação pedagógica e uso crítico, ético e responsável das tecnologias.....	129
9. Direitos humanos, relações étnico-raciais e sustentabilidade: educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Educação antirracista. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Diversidade sociocultural, identidade e contextos educacionais de Salvador e da Bahia. Sustentabilidade, educação ambiental e cultura de paz	132
10. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Educação, sociedade, cultura e trabalho. História da educação brasileira. Função social da escola pública	136
11. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas: pedagogia tradicional, escolanovista, construtivista, sociointeracionista, histórico-crítica e libertadora.....	138
12. Contribuições de autores e teóricos da educação, tais como Paulo Freire, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Emília Ferreiro, Henri Wallon, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Cipriano Luckesi, Maurice Tardif e Philippe Perrenoud, para a aprendizagem, o currículo, a avaliação e a formação docente	141

ÍNDICE

13. Gestão democrática da educação. Projeto Político-Pedagógico. Planejamento educacional. Currículo e organização do trabalho pedagógico	144
14. Políticas públicas educacionais: Constituição Federal de 1988 (direito à educação); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014); regime de colaboração entre os entes federativos	147
15. Financiamento da educação básica: FUNDEB. Formação inicial e continuada de professores.....	150
16. Avaliação institucional e avaliação em larga escala: SAEB, IDEB, avaliações diagnósticas, monitoramento e indicadores educacionais	152

Conhecimentos Específicos

Coordenador Pedagógico I — 40h

1. Fundamentos constitucionais, legais e políticas educacionais: Lei nº 9.394/1996 (LDB): organização da educação básica, gestão democrática, profissionais da educação e sistemas de ensino	161
2. Plano Nacional de Educação (PNE): metas e estratégias para a educação básica	181
3. Plano Municipal de Educação de Salvador: diretrizes, metas e estratégias da rede municipal.....	186
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direito à educação e proteção integral.....	197
5. Constituição Federal: direito à educação, dever do Estado, princípios constitucionais da educação e gestão democrática	237
6. Financiamento da educação e regime de colaboração: Financiamento da educação; FUNDEB; Custo Aluno-Qualidade; regime de colaboração entre entes federativos.	241
7. Organização da Educação Básica e currículo na rede municipal: Organização da Educação Básica na Rede Municipal de Salvador: estrutura da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. Articulação pedagógica entre etapas e continuidade curricular. Desenvolvimento integral do estudante na educação básica. Organização do trabalho pedagógico nas unidades escolares da rede municipal. Transição entre etapas e acompanhamento sistemático das aprendizagens em perspectiva sistêmica, com foco no acompanhamento pedagógico sistemático do percurso escolar dos estudantes	246
8. Currículo, BNCC e organização do trabalho pedagógico: Currículo Municipal de Salvador e Base Nacional Comum Curricular (Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil de Salvador; Referencial Curricular Municipal para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Salvador; Referencial Curricular Municipal para os Anos Finais do Ensino Fundamental de Salvador; Base Nacional Comum Curricular: fundamentos, competências gerais e direitos de aprendizagem). Articulação entre BNCC e Currículo Municipal de Salvador. Organização curricular por etapas da educação básica. Progressão das aprendizagens entre Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais. Currículo orientado por direitos de aprendizagem na perspectiva da formação integral. Currículo integrado: concepção, implementação e avaliação. Integração entre áreas do conhecimento e componentes curriculares, com ênfase na coordenação pedagógica como eixo articulador do trabalho escolar e da gestão do currículo na rede. Avaliação curricular e monitoramento da implementação curricular. Práticas interdisciplinares e competências socioemocionais	253
9. Gestão pedagógica e coordenação do trabalho escolar: Coordenação do trabalho docente e acompanhamento pedagógico com ênfase na gestão de equipes, no desenvolvimento profissional docente e na mediação de práticas pedagógicas. Planejamento escolar: anual, bimestral e sequências didáticas articuladas ao currículo e às metas de aprendizagem da rede. Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, execução e avaliação com foco na coerência entre planejamento institucional, práticas pedagógicas e resultados educacionais. Gestão democrática da escola e participação coletiva. Formação continuada de professores na rede municipal, com caráter formativo e de intervenção pedagógica. Formação continuada em serviço, comunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional colaborativo. Coordenação pedagógica: observação de sala de aula, acompanhamento docente, devolutiva formativa e mediação pedagógica institucional	259

ÍNDICE

10. Avaliação educacional, monitoramento e uso de dados: Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa. Avaliação interna e externa na educação básica. SAEB e indicadores de desempenho educacional com ênfase na leitura e interpretação de dados para tomada de decisão pedagógica. IDEB: composição e interpretação. Uso pedagógico de resultados avaliativos para planejamento de intervenções. Monitoramento da aprendizagem em escala escolar e rede, com foco em acompanhamento pedagógico sistemático de turmas, ciclos e unidades escolares. Devolutiva pedagógica e devolutiva formativa. Avaliação institucional participativa. Recomposição das aprendizagens e análise de indicadores de fluxo	266
11. Inclusão, diversidade e equidade educacional: Educação inclusiva na rede municipal. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Educação antirracista e relações étnico-raciais na escola. Diversidade cultural, social, territorial e de gênero. Adaptação curricular e flexibilização pedagógica. Políticas de equidade na educação básica, com foco na garantia de aprendizagem e redução das desigualdades educacionais. DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem). Acessibilidade pedagógica e flexibilização curricular inclusiva	273
12. Lei Brasileira de Inclusão.....	279
13. Equidade, permanência e trajetória escolar: Distorção idade-série. Evasão escolar e permanência dos estudantes. Busca ativa escolar. Recomposição das aprendizagens como estratégia de equidade educacional	297
14. Didática e práticas pedagógicas: Metodologias participativas, investigativas e centradas na aprendizagem. Planejamento de ensino orientado por direitos de aprendizagem na perspectiva da formação integral. Sequências didáticas e organização da prática pedagógica. Interdisciplinaridade e integração curricular. Mediação pedagógica e estratégias de aprendizagem significativa. Inovação pedagógica e uso de tecnologias educacionais, com foco no suporte à coordenação do trabalho docente e à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem	303
15. Gestão democrática e participação social: Gestão democrática da escola. Conselhos escolares. Participação estudantil. Participação das famílias. Escuta da comunidade escolar	309
16. Cultura digital, dados educacionais e inovação na gestão pedagógica: Cultura digital na gestão pedagógica. Educação midiática. Plataformas de acompanhamento pedagógico. Análise de dados educacionais digitais. Uso de dados educacionais para planejamento, intervenção e tomada de decisão pedagógica.....	315
17. BNCC, implementação e avaliação por competências: Implementação curricular da BNCC. Monitoramento curricular e avaliação por competências. Progressão das aprendizagens. Avaliação por competências na perspectiva de direitos de aprendizagem e formação integral	321
18. Educação integral na perspectiva do desenvolvimento humano integral e da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas.....	327

Conteúdo Digital

Legislação Específica

1. Constituição Federal de 1988: direito à educação, princípios, garantias e competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	3
2. Organização da educação nacional: sistemas de ensino; níveis, etapas e modalidades da Educação Básica; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): fundamentos, objetivos e financiamento da educação básica	25
3. Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014): diretrizes, metas e estratégias relacionadas à Educação Infantil, alfabetização, qualidade da educação, inclusão, formação docente, educação integral e gestão educacional; Gestão democrática da educação, avaliação educacional, currículo e formação dos profissionais da educação.....	25
4. Referenciais Curriculares da Secretaria Municipal da Educação de Salvador para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	25
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	26
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	26
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos	26

ÍNDICE

8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos pedagógicos; competências gerais da Educação Básica; direitos de aprendizagem e desenvolvimento; alfabetização e letramento; campos de experiências da Educação Infantil; competências específicas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; organização curricular e avaliação das aprendizagens. Educação integral, currículo, interdisciplinaridade, práticas pedagógicas integradoras, diversidade e inclusão. Computação na Educação Básica: fundamentos da BNCC da Computação; pensamento computacional; cultura digital; mundo digital; tecnologias digitais aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem	34
9. Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023): inclusão digital; cidadania digital; educação midiática; uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais; desenvolvimento de competências digitais na Educação Básica.....	34
10. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais da criança e do adolescente; direito à educação; proteção integral; medidas de proteção; responsabilidades da escola; prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes; articulação com a rede de proteção.....	37
11. Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016): princípios, diretrizes e garantias voltados ao desenvolvimento integral da criança na primeira infância.....	37
12. Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; democracia; cidadania; cultura de paz; diversidade; direitos humanos na educação básica; Educação das relações étnico-raciais, educação antirracista e enfrentamento ao racismo e às discriminações; Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva	43
13. Política Nacional de Educação Especial.....	43
14. Atendimento Educacional Especializado (AEE)	47
15. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015)	47
16. Acessibilidade, desenho universal para aprendizagem (DUA), inclusão escolar e respeito à diversidade	65

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;



AMOSTRA

- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

MORFOLOGIA: RECONHECIMENTO, EMPREGO E SENTIDO DAS CLASSES GRAMATICAIS

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina inteligente... Roupa azul-marinho... Brincadeira de criança... Povo brasileiro...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou tarde. A mulher trabalha muito. Ele dirigia mal.
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou um ovo. Uma menina deixou a mochila no ônibus.



RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. CONECTIVOS LÓGICOS. EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença *a* é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

AMOSTRA

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

► **Tabelas verdade**

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

ATUALIDADES

O BRASIL, A BAHIA, SALVADOR E O MUNDO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS, CULTURAIS, CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS IMPACTOS NA VIDA COTIDIANA E NA EDUCAÇÃO. DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. DIVERSIDADE CULTURAL, RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS, COMBATE AO RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E DEMAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA. EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E CULTURA DE PAZ

As sociedades estão em constante transformação. Mudanças na organização das famílias, nas formas de trabalho, nos hábitos de consumo, nos meios de comunicação e nas relações entre as pessoas alteram profundamente a vida cotidiana. Essas transformações não acontecem de maneira isolada: acontecimentos internacionais podem produzir consequências no Brasil, enquanto decisões nacionais influenciam diretamente a realidade da Bahia e de Salvador.

O avanço da globalização intensificou a circulação de mercadorias, informações, tecnologias, pessoas e manifestações culturais. Uma inovação desenvolvida em outro país pode rapidamente chegar às escolas, aos locais de trabalho e às residências brasileiras. Da mesma forma, crises econômicas, conflitos internacionais, mudanças climáticas e problemas sanitários podem afetar o preço dos alimentos, a geração de empregos, o transporte, a saúde pública e a educação.

Entretanto, os efeitos dessas mudanças não atingem todas as pessoas de forma igual. Grupos com maior renda, escolaridade e acesso a serviços públicos geralmente possuem melhores condições de adaptação. Em contrapartida, populações socialmente vulneráveis podem enfrentar dificuldades maiores, como desemprego, insegurança alimentar, precariedade da moradia e exclusão digital. Compreender as transformações sociais exige, portanto, observar tanto os avanços quanto as desigualdades que elas podem ampliar.

► Transformações políticas e econômicas

Democracia, decisões públicas e organização da sociedade

As transformações políticas envolvem mudanças nas instituições, nas leis, nas formas de participação social e nas relações entre o Estado e a população. Em uma sociedade democrática, decisões políticas interferem na oferta de educação, saúde, segurança, transporte, cultura, saneamento e assistência social. Por isso, a política não se limita às eleições: ela está presente em todas as escolhas coletivas que afetam a vida da população.

No Brasil, as diferenças regionais influenciam a distribuição de oportunidades e recursos. A Bahia apresenta grande importância histórica, cultural e econômica, mas também convive com desigualdades sociais e territoriais. Salvador, como capital estadual, concentra serviços, instituições, atividades econômicas e equipamentos culturais, ao mesmo tempo que apresenta contrastes entre bairros com diferentes condições de infraestrutura, renda e acesso a direitos.

No campo econômico, a modernização da produção, a expansão do setor de serviços, o crescimento do trabalho por aplicativos e a automação modificaram as relações profissionais. Algumas ocupações desapareceram ou foram reduzidas, enquanto novas atividades surgiram. Essas mudanças exigem qualificação contínua, domínio de tecnologias e capacidade de adaptação. Contudo, também podem gerar instabilidade, informalidade e ausência de proteção trabalhista.

A tabela a seguir ajuda a compreender como uma mesma transformação pode assumir características diferentes conforme a escala geográfica observada.

Escala	Exemplos de transformações	Possíveis impactos cotidianos e educacionais
Mundo	Globalização, inteligência artificial, crises econômicas e mudanças climáticas	Alteração de profissões, circulação rápida de informações e necessidade de educação ambiental e digital
Brasil	Urbanização, desigualdade social, expansão dos serviços e mudanças no mercado de trabalho	Novas demandas profissionais, desafios de inclusão e necessidade de políticas educacionais amplas
Bahia	Diversificação econômica, valorização cultural e desigualdades entre regiões	Necessidade de respeitar identidades locais e ampliar o acesso à educação e aos serviços públicos
Salvador	Crescimento urbano, turismo, economia criativa e desigualdade entre bairros	Problemas de mobilidade, acesso desigual a equipamentos públicos e valorização da cultura afro-brasileira

AMOSTRA

► Transformações culturais, científicas e tecnológicas

Cultura, identidade e circulação de informações

As transformações culturais ocorrem quando valores, costumes, linguagens e formas de expressão se modificam ou entram em contato com outras tradições. A Bahia e Salvador possuem forte presença das culturas africanas e afro-brasileiras, perceptível na música, na culinária, nas festas, nas religiosidades, nas artes e nos modos de viver. Essa riqueza cultural contribui para a formação da identidade brasileira e precisa ser reconhecida no ambiente escolar.

Ao mesmo tempo, a circulação global de conteúdos pode estimular trocas culturais, mas também favorecer a padronização de comportamentos e o enfraquecimento de tradições locais. A educação tem a função de promover o diálogo entre diferentes culturas, evitando tanto a rejeição do novo quanto a desvalorização dos saberes comunitários e ancestrais.

Ciência, tecnologia e transformação digital

O desenvolvimento científico e tecnológico trouxe avanços significativos para a medicina, a comunicação, os transportes, a produção de alimentos e o acesso ao conhecimento. A internet ampliou as possibilidades de estudo e interação, permitindo que estudantes consultem materiais, participem de aulas e desenvolvam projetos colaborativos.

Entretanto, o acesso às tecnologias permanece desigual. Nem todas as famílias possuem computadores, conexão de qualidade ou conhecimentos suficientes para utilizar recursos digitais com segurança. Essa realidade evidencia a exclusão digital, que pode aprofundar desigualdades educacionais.

Além disso, o grande volume de informações disponível exige capacidade crítica. Os estudantes precisam aprender a diferenciar fatos, opiniões, boatos e conteúdos manipulados. O uso responsável das redes sociais envolve proteção de dados pessoais, respeito às diferenças, prevenção do cyberbullying e avaliação da confiabilidade das informações.

► Impactos das transformações na educação

A escola diante dos desafios contemporâneos

A escola deve preparar os estudantes para compreender e participar de uma realidade marcada por mudanças rápidas. Isso não significa apenas ensinar o uso de tecnologias, mas desenvolver autonomia, pensamento crítico, criatividade, cooperação e responsabilidade social.

A educação precisa relacionar conteúdos escolares aos problemas concretos da comunidade. Questões como desigualdade urbana, preservação ambiental, racismo, desemprego, mobilidade, violência e acesso a serviços públicos podem ser analisadas a partir da realidade de Salvador e da Bahia, conectando conhecimentos locais a processos nacionais e globais.

Dessa maneira, a escola torna-se um espaço de leitura crítica do mundo. Ao compreender como as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas afetam diferentes grupos, o estudante desenvolve condições para atuar de forma consciente, democrática e solidária na construção de uma sociedade mais justa.

DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► Democracia como forma de governo e prática social

O significado da democracia

A democracia é uma forma de organização política fundamentada na soberania popular, isto é, no princípio de que o poder pertence ao povo. Esse poder pode ser exercido diretamente, por meio de consultas, assembleias e outras formas de participação, ou indiretamente, pela escolha de representantes nas eleições. Entretanto, a democracia não se resume ao voto. Ela também depende do respeito às leis, da liberdade de expressão, da pluralidade de ideias, da fiscalização do poder público e da garantia dos direitos fundamentais.

No cotidiano, a convivência democrática exige diálogo, respeito às diferenças e disposição para solucionar conflitos sem violência. Na escola, por exemplo, a democracia pode ser vivenciada quando os estudantes participam da construção de regras, apresentam opiniões, organizam grêmios estudantis, colaboram em projetos coletivos e são ouvidos nas decisões que afetam sua aprendizagem e sua convivência.

Uma sociedade democrática não elimina automaticamente as desigualdades. Por isso, é necessário que as instituições públicas criem condições para que todos possam participar, especialmente as populações historicamente excluídas. Quando determinados grupos não conseguem acessar educação, informação, transporte, saúde ou espaços de decisão, sua participação política torna-se limitada.

► Cidadania, direitos e responsabilidades

A cidadania como participação na vida coletiva

Cidadania é a condição de pertencimento a uma comunidade política na qual as pessoas possuem direitos e responsabilidades. Ser cidadão significa poder participar das decisões coletivas, exigir o cumprimento das leis, acompanhar as ações dos governantes e contribuir para a proteção do bem comum.

Os direitos de cidadania podem ser compreendidos em diferentes dimensões. Os direitos civis protegem a liberdade, a igualdade perante a lei, a integridade e a vida privada. Os direitos políticos garantem a participação nas decisões públicas. Os direitos sociais abrangem educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação, segurança e proteção social. Os direitos culturais asseguram o acesso à cultura e o reconhecimento das diferentes identidades e tradições.

Direitos e responsabilidades não são opostos. O exercício da cidadania envolve respeitar os direitos das outras pessoas, preservar os espaços públicos, combater discriminações, participar das decisões comunitárias e agir de maneira ética. Contudo, a responsabilidade individual não substitui o dever do Estado de formular políticas públicas e garantir condições dignas de vida.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO. PEDAGOGIA DA INFÂNCIA. EDUCAÇÃO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

► A infância como construção histórica e social

A infância não constitui uma categoria natural e universal, mas uma construção histórica, social e cultural que se transforma conforme mudam as condições econômicas, políticas e simbólicas de cada sociedade. Durante séculos, a criança foi compreendida como um adulto em miniatura, desprovida de especificidades próprias, submetida a papéis produtivos precoces e a relações de subordinação que pouco reconheciam suas particularidades de desenvolvimento. A emergência da infância como fase diferenciada da vida humana está associada a transformações profundas nas estruturas familiares, no papel do Estado e na organização do trabalho, sobretudo a partir da modernidade, quando a criança passa a ser vista como sujeito em formação, merecedor de cuidado, proteção e educação específicos.

Essa mudança de perspectiva não ocorreu de modo linear nem uniforme entre diferentes grupos sociais, etnias e classes. Crianças pobres, negras, indígenas e de contextos rurais frequentemente foram excluídas dos discursos protetivos que se consolidavam para as elites urbanas, permanecendo submetidas a formas de exploração do trabalho infantil e a processos de exclusão educacional. Reconhecer essa desigualdade histórica é fundamental para compreender por que as políticas contemporâneas de educação infantil insistem tanto na equidade e na garantia universal de direitos, e não apenas na oferta genérica de vagas.

► A criança como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura

As concepções contemporâneas superam a visão da criança como receptáculo passivo de estímulos externos ou como projeto de adulto incompleto. A criança passa a ser compreendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade e conhecimento nas interações sociais, na linguagem, na brincadeira e nas múltiplas experiências sensoriais, expressivas, corporais e cognitivas que caracterizam esse período da vida. Essa concepção rompe com modelos adultocêntricos, que avaliam a criança apenas pelo que ela ainda não é capaz de fazer em comparação ao adulto, valorizando, ao contrário, as competências, saberes e formas próprias de comunicação que ela já possui.

A noção de protagonismo infantil

O protagonismo infantil se refere à capacidade da criança de agir intencionalmente sobre o mundo, expressar preferências, construir significados e influenciar as relações que estabelece com adultos e outras crianças. Isso não significa ausência de mediação adulta, mas reconhecimento de que a criança participa ativamente dos processos que a envolvem, opinando, escolhendo e reorganizando situações de aprendizagem propostas pelo educador. A pedagogia contemporânea entende que a escuta atenta das manifestações infantis, verbais e não verbais, é condição para práticas pedagógicas coerentes com essa concepção.

Diferentes campos do conhecimento contribuíram para essa mudança paradigmática, entre eles a sociologia da infância, a psicologia do desenvolvimento e a antropologia da criança. A sociologia da infância, por exemplo, evidencia que crianças produzem culturas próprias, denominadas culturas infantis, que não são simples reproduções do mundo adulto, mas sistemas simbólicos originais construídos coletivamente por meio de brincadeiras, jogos, rituais e linguagens específicas de cada grupo etário e contexto social.

Para compreender melhor as rupturas entre concepções tradicionais e contemporâneas de infância, é útil observar comparativamente alguns eixos que marcam essa transição.

- **Concepção tradicional:** criança vista como adulto em miniatura, incompleta e passiva
- **Concepção contemporânea:** criança vista como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura
- **Concepção tradicional:** aprendizagem centrada na transmissão direta de conteúdos pelo adulto
- **Concepção contemporânea:** aprendizagem construída nas interações, na brincadeira e na experiência
- **Concepção tradicional:** educação infantil voltada à preparação para etapas posteriores de escolarização
- **Concepção contemporânea:** educação infantil com finalidades próprias, vinculadas ao desenvolvimento integral

Essas oposições não devem ser lidas como compartimentos estanques, pois práticas pedagógicas reais frequentemente combinam elementos de diferentes tradições, ainda que o marco legal e teórico contemporâneo estabeleça claramente a direção que se espera da educação infantil na atualidade. A compreensão da criança como sujeito ativo exige do educador uma postura de observação constante, disponibilidade para reorganizar o planejamento a partir das respostas das crianças e valorização de manifestações espontâneas como fontes legítimas de aprendizagem.

► Implicações pedagógicas das concepções contemporâneas

Assumir a criança como sujeito histórico e de direitos implica reorganizar completamente a lógica do trabalho pedagógico. O planejamento deixa de ser prescritivo e sequencial, centrado exclusivamente em conteúdos fixados a priori, e passa a incorporar a escuta das crianças, a documentação pedagógica de seus

AMOSTRA

processos e a flexibilização de tempos e espaços. O educador assume papel de mediador, organizador de contextos ricos de aprendizagem e observador sistemático, e não apenas de transmissor de informações.

Essa reorganização também impacta a avaliação, que se torna processual e formativa, orientada a compreender os percursos individuais e coletivos de desenvolvimento, e não a classificar ou hierarquizar crianças segundo padrões de desempenho pré-estabelecidos. A concepção contemporânea de infância, portanto, não é apenas um enunciado teórico, mas uma orientação prática que atravessa todas as decisões cotidianas da instituição educativa, desde a organização do espaço físico até a forma como o adulto se dirige à criança nas situações mais simples do cotidiano.

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA COMO CAMPO TEÓRICO E PRÁTICO

► Fundamentos e especificidade da pedagogia da infância

A pedagogia da infância constitui um campo teórico e prático que se distingue da pedagogia escolar tradicional por reconhecer especificidades próprias do desenvolvimento e da aprendizagem na primeira infância. Diferentemente de abordagens que aplicam à educação infantil lógicas curriculares e didáticas concebidas para o ensino fundamental, a pedagogia da infância parte da premissa de que crianças pequenas aprendem por meio de processos sensoriais, corporais, simbólicos e relacionais que exigem organização pedagógica própria, fundamentada na indissociabilidade entre cuidar e educar.

Essa indissociabilidade é um dos pilares mais relevantes desse campo. Cuidar e educar não são dimensões separadas ou hierarquizadas, em que o cuidado seria uma ação assistencialista e a educação uma ação intelectual mais valorizada. Ao contrário, alimentar, higienizar, acolher emocionalmente e proporcionar experiências de aprendizagem são atos simultaneamente educativos, pois cada gesto de cuidado carrega dimensões afetivas, comunicativas e formativas que constituem a criança integralmente. Um profissional que troca a fralda de um bebê, por exemplo, está também estabelecendo vínculo, comunicando-se, respeitando o corpo da criança e oferecendo modelos de interação que serão internalizados.

A superação da dicotomia entre assistência e educação

Historicamente, instituições de atendimento à infância pequena estiveram vinculadas a políticas assistenciais, voltadas sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade, enquanto a educação formal se reservava a crianças maiores, em instituições de caráter mais pedagógico. A consolidação da pedagogia da infância como campo específico rompeu com essa dicotomia, afirmando que toda criança, independentemente de sua condição socioeconômica, tem direito a uma educação de qualidade desde o nascimento, integrada ao cuidado, e não subordinada a ele nem dele dissociada.

► Princípios organizadores da prática pedagógica na infância

A prática pedagógica orientada pela pedagogia da infância se organiza a partir de alguns princípios centrais que orientam a ação cotidiana do educador. Entre eles, destacam-se a intencionalidade pedagógica, que exige planejamento consciente mesmo em situações aparentemente espontâneas; a documentação

pedagógica, que registra sistematicamente os processos das crianças por meio de fotografias, relatos, produções e observações; e a organização de ambientes provocadores, que convidam à exploração, à investigação e à interação.

A intencionalidade pedagógica não deve ser confundida com rigidez ou diretividade excessiva. Trata-se de um planejamento aberto, que prevê possibilidades, disponibiliza materiais e organiza tempos e espaços de modo a favorecer aprendizagens significativas, mas que permanece sensível às respostas das crianças, permitindo reorientações constantes. Esse tipo de planejamento exige do educador conhecimento profundo sobre desenvolvimento infantil, sobre os interesses do grupo específico com quem trabalha e sobre as possibilidades pedagógicas de cada material e situação oferecidos.

Para sistematizar a compreensão sobre os papéis que compõem a prática pedagógica na infância, é útil considerar comparativamente as dimensões que estruturam esse trabalho.

- **Dimensão da observação:** acompanhamento sistemático dos processos individuais e coletivos das crianças
 - **Dimensão da documentação:** registro das aprendizagens por meio de múltiplas linguagens e suportes
 - **Dimensão da organização de ambientes:** disposição intencional de espaços, materiais e tempos pedagógicos
 - **Dimensão da mediação:** intervenção sensível do adulto nas interações e conflitos entre as crianças
 - **Dimensão da avaliação formativa:** análise contínua dos percursos de desenvolvimento sem classificação comparativa
- Essas dimensões operam de modo integrado e simultâneo na rotina pedagógica, e não como etapas sucessivas de um processo linear. Um educador experiente frequentemente observa, documenta, organiza e avalia de forma entrelaçada durante uma mesma situação de aprendizagem, o que exige formação continuada robusta e tempo institucional garantido para planejamento coletivo e reflexão sobre a prática.

► A formação docente para a pedagogia da infância

A especificidade da pedagogia da infância exige formação docente que vá além do conhecimento de conteúdos disciplinares, incorporando saberes sobre desenvolvimento infantil, sobre linguagens artísticas e corporais, sobre organização de rotinas e sobre observação e documentação pedagógica. Muitos cursos de formação inicial ainda reproduzem lógicas curriculares voltadas para etapas posteriores da escolarização, o que gera lacunas na preparação de profissionais para atuar com bebês e crianças pequenas.

A formação continuada, nesse sentido, assume papel decisivo na consolidação de práticas coerentes com os princípios da pedagogia da infância, sobretudo quando organizada de forma colaborativa, com espaços institucionais de planejamento conjunto, análise de registros e discussão de casos concretos vivenciados pelos próprios educadores em sua realidade de trabalho. A qualidade da educação infantil depende diretamente da qualidade dessa formação e das condições objetivas de trabalho oferecidas às equipes pedagógicas, incluindo tempo remunerado para planejamento e estudo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: LEI Nº 9.394/1996 (LDB): ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GESTÃO DEMOCRÁTICA, PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE ENSINO

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

AMOSTRA

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

